

## O DOMÍNIO ESPANHOL E O DOMÍNIO HOLANDÊS NO BRASIL

### META

Apresentar o período do domínio holandês, como consequência do domínio espanhol no nordeste brasileiro, destacando os principais aspectos da ocupação

### OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- identificar as principais incursões estrangeiras ao território da América portuguesa, destacando o domínio holandês no Nordeste;
- compreender os fatores que contribuíram para o assédio dos estrangeiros ao Brasil;
- identificar os fatores que levaram à União Ibérica;
- relacionar a União Ibérica ao domínio holandês no nordeste do Brasil;
- identificar e analisar as principais etapas do Brasil holandês;
- discutir e refletir sobre o legado dos holandeses e sobre o sentimento que hoje temos em relação ao domínio holandês;
- compreender as consequências políticas e econômicas da restauração bragantina e do processo de expulsão dos holandeses do Brasil.



A Guerra de Independência dos Países Baixos foi o que resultou a incursão holandesa no Brasil. Acima, o Leão neerlandês, representando a região dos Países Baixos em forma de um leão, por Claes Janszoon Visscher (1609)  
(Fontes: <http://pt.wikipedia.org>)

### INTRODUÇÃO

Durante o período colonial, a América portuguesa foi fustigada por inúmeros ataques e tentativas de ocupação por parte das demais potências europeias, que não aceitavam pacificamente a divisão do mundo entre Portugal e Espanha. Como você deve estar lembrado, em 1494, os reinos de Portugal e Espanha celebraram um acordo (Tratado de Tordesilhas), que dividiu entre os dois reinos católicos todas as terras descobertas e por descobrir, tanto no Oriente quanto no Ocidente. Não é exagero. É isso mesmo que estabelecia o Tratado. Obviamente as demais monarquias não concordavam com os termos deste acordo. O rei da França, Francisco I, protestou com veemência. Suas palavras tornaram-se antológicas, ao afirmar que desconhecia a cláusula do Testamento de Adão que dividia o mundo entre Portugal e Espanha. Por isso, desde o início da expansão comercial e marítima, os reinos ibéricos tiveram que lidar com o assédio de navegantes franceses, ingleses e holandeses no litoral de suas colônias.

Esse assédio se dava sob diversas formas, desde o saque a vilas e armazéns, o contrabando de produtos, até as tentativas de conquista e ocupação de territórios coloniais. Em 1555, por exemplo, os franceses se instalaram no Rio de Janeiro e fundaram uma colônia denominada “França Antártica”. O litoral brasileiro era bem conhecido dos navegadores e piratas franceses, que há quatro décadas vinham explorando e mapeando a região. Alguns naufragos e aventureiros chegaram a viver entre os indígenas, deixando relatos e depoimentos interessantes sobre os nativos. Diante de todo conhecimento acumulado, era chegada a hora de implementar um projeto que incluía a ocupação de territórios coloniais portugueses.



Países Baixos no século 16. Os Países Baixos, incluindo a maioria da Bélgica como é hoje, Luxemburgo e a Holanda, pertenceram à Espanha no século 15. O norte conquistou a independência em 1648. (Fontes: <http://static.hsw.com.br>)

## INVASÕES E CONQUISTAS

A aventura francesa no Rio de Janeiro deu errado desde o início. Antes mesmo de chegarem à baía de Guanabara houve deserções e tempestades que debilitaram os meios pelos quais o projeto seria realizado. Isolados e com problemas de abastecimento, os franceses foram derrotados e expulsos por tropas do Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, em 1563. Os franceses não deixaram um único traço de sua curta presença no Rio de Janeiro. Porém, nova tentativa, igualmente fracassada, seria feita menos de 100 anos depois, em 1612, no litoral norte da América portuguesa, na capitania do Maranhão, que passou a ser chamada pelos invasores de “França Equinocial”. Esta colônia durou menos de dois anos, sendo cercada e destruída pelas tropas lusas.

O fracasso francês não representou o fim do assédio estrangeiro ao Brasil. Piratas e corsários ingleses fizeram diversas incursões no nosso litoral, saqueando vilas e portos. Em 1587 os corsários Robert Withrington e Christopher Lister aterrorizaram o Recôncavo Baiano, saqueando vilas e fazendas. Em 1591 foi a vez de Thomas Cavendish atacar Santos, no litoral da capitania de São Vicente; e 1595 James Lancaster saqueou o porto do Recife. Por outro lado, outra potência marítima, a Holanda, se preparava para ocupar os territórios coloniais portugueses. Esta ocupação seria muito mais prolongada e conseqüente e, por muito pouco, o nordeste do Brasil não foi definitivamente entregue aos invasores.

Vamos, então, estabelecer os fatores ou motivações da invasão holandesa ao nordeste do Brasil. Mas, para isso, precisamos compreender as questões dinásticas e conflitos entre as potências europeias, bem como a posição do reino de Portugal neste processo. Vale lembrar que o Estado do Brasil, possessão do diminuto reino luso, não poderia ficar alheio às rivalidades e pretensões das monarquias europeias. O que acontecia lá acabava ecoando aqui, com conseqüências marcantes para as populações da colônia. Para entender os conflitos europeus é necessário ter uma noção da divisão territorial daquela época e da importância política e estratégica de cada região. Por isso, caro estudante, não tenha receio de explorar os atlas históricos. Pesquise na Internet ou recorra a material impresso. Não entre nessa aventura sem a devida orientação geográfica e espacial. Os nomes de reinos e lugares que forem citados nesta aula devem ser devidamente localizados por você em um atlas histórico de sua preferência.

Em 1580 o Reino de Portugal, finalmente, é anexado ao Reino da Espanha. Com isso forma-se a chamada União Ibérica, que unificou e colocou toda península sob o domínio de Felipe II, rei da Espanha. É importante destacar que desde a sua independência, em 1385, Portugal foi diversas vezes ameaçado de anexação pois os espanhóis castelhanos nunca engoliram a perda deste território cujas vantagens geográficas e estratégicas são incontestáveis.

Olhe bem no mapa, caro estudante. Observe que Portugal é a porta de saída para o Atlântico, cuja exploração se mostrava bastante promissora desde o século XIV. Com a descoberta do Novo Mundo, a posição estratégica de Portugal se tornou muito mais vantajosa. Portanto, não era sem razão que a monarquia espanhola ambicionava anexá-lo. E isso foi feito, em 1580, sem qualquer resistência ou violência. Como isso foi possível? E que consequências trouxe para o Brasil? Vamos analisar, então, essa questão.

A anexação de Portugal ao Reino da Espanha só foi possível devido a uma questão dinástica provocada pela política de casamentos da nobreza portuguesa. Naquele período, era comum a realização de casamentos entre as famílias nobres de Portugal e Espanha, e isso incluía a realeza. Quando D. Sebastião, rei de Portugal, morreu em 1578, Felipe II (Habsburgo por parte de pai, e Avis por parte de mãe) estava na linha de sucessão pois era sobrinho do rei morto. Os direitos de Felipe eram incontestáveis e não havia força capaz de fazê-lo abdicar desses direitos, não obstante o protesto de alguns setores da sociedade portuguesa. A anexação de Portugal representou a anexação de todas as suas colônias ao Império espanhol incluindo, portanto, o Brasil.

Por outro lado, uma coisa deve ficar bem clara: a união das duas coroas não ocorreu, simplesmente, por conta dos direitos dinásticos de Felipe. Era necessário muito mais para que os portugueses concordassem com a união. Isso pode ser traduzido em interesses econômicos e políticos por parte do reino anexado. Como bem diz Flavio de Campos (1991),

“Uma série de elementos conjunturais e estruturais aproximou os setores dirigentes portugueses da monarquia espanhola, através das perspectivas de fortalecimento do sistema financeiro do Estado, de abertura de novos mercados e do fim das barreiras alfandegárias.”

Os lusos sonhavam com o ouro e à prata extraídos dos domínios coloniais espanhóis, cujo acesso se daria através de trocas comerciais vantajosas, que antes da União Ibérica eram consideradas contrabando ou pirataria. A Linha de Tordesilhas perdia sentido e o território colonial americano passava a ser contínuo, sem barreiras ou restrições. Os portugueses também sonhavam com a participação no “Assiento” ou tráfico de escravos para as possessões espanholas. A União Ibérica proporcionaria todas estas vantagens.

Além de tudo isso, Felipe garantiu ao reino anexado grande autonomia administrativa, concernente à nomeação dos cargos civis, judiciais e eclesiásticos. Também manteve o português como língua oficial nos territórios lusos. Em suma: “sob Felipe II, os domínios dos Habsburgos contavam, ao final do século XVI, com um sistema de Conselhos e de Vice Reis que garantia a autonomia de cada um dos membros do Império ... cada unidade tinha sua própria legislação, sua língua, sua moeda e suas Cortes”. (Campos, 1991). Não vamos esquecer que esta autonomia refere-se aos territórios Habsburgos na Europa, e não nas colônias.

Como se percebe, era vantajoso para os portugueses o pertencimento ao Império Espanhol. Todavia, o que não foi considerado ou previsto naquele momento era o pesado ônus que teriam que arcar ao longo do tempo. Que ônus era esse? A grandiosidade, o luxo e a riqueza dos espanhóis dissimulavam suas fraquezas e debilidades. Os tesouros extraídos das colônias não eram suficientes para arcar com as enormes despesas de manutenção do Estado e da máquina de guerra dos Habsburgos, sendo que as guerras eram o ingrediente que mantinha os domínios espanhóis na Europa, evitando a fragmentação e perda de territórios. Os Habsburgos estavam cercados de inimigos, sendo levados a abrir diversas frentes de guerra para sustentar sua hegemonia. Entre estas guerras destacamos a tentativa de invasão da Inglaterra e a Guerra de Independência dos Países Baixos. Esta última é a que nos interessa mais de perto, pois vai resultar na incursão holandesa ao Brasil.

Por hora vale lembrar que com a União Ibérica o império colonial, incluindo a América portuguesa, passou a ser alvo dos inimigos da Espanha. A ação de corsários ingleses no litoral do Brasil, no final do século XVI, descrita anteriormente nesta aula, insere-se neste contexto. Corsários são homens de mar e de guerra, que possuem autorização para pilhar e atacar possessões ultramarinas. Elisabeth I, rainha da Inglaterra, incentivava vários desses aventureiros a saquear ou ocupar territórios espanhóis, como forma de enfraquecer os Habsburgos, seus inimigos. Não era pra menos, pois em 1588, Felipe enviou 130 navios de guerra e 27 mil homens para conquistar e anexar a Inglaterra. A Armada era a maior construída até então, representando toda força e poder da monarquia espanhola. Todavia, o desastre foi completo. A Armada foi destruída por uma tempestade e, o que restou, foi rechaçado pelas tropas de Elisabeth.

A outra frente de guerra foi a revolta dos Países Baixos iniciada em 1568 e só terminada em 1648 com a Paz de Westfália. Essa guerra durou quase cem anos, e perpassou três gerações de monarcas espanhóis: Felipe II, Felipe III e Felipe IV. Os Países Baixos compreendem as atuais Bélgica e Holanda. No século XVI, esta região estava sob o domínio dos Habsburgos, a dinastia reinante na Espanha que, também possuía Nápoles e Sicília na Itália e o Franco Condado (toda área fronteiriça entre a França e a Alemanha). Mesmo para os padrões da época, os Habsburgos dominavam um vasto território, expressão do seu poder e da sua riqueza.

Os Países Baixos eram compostos por 17 províncias autônomas entre si, e submetidas à Espanha. As diferenças culturais e políticas entre o norte da Europa e a Península Ibérica eram imensas, o que dificultava o domínio espanhol naquela região. As Províncias dos Países Baixos não aceitavam a centralização administrativa e fiscal nem, tampouco, as exigências religiosas impostas pelos Habsburgos. Enquanto na Espanha imperava o catolicismo sem contestações, nos Países Baixos prevalecia a convivência e a tolerância entre católicos, protestantes calvinistas e judeus. No norte da Europa não eram admitidas expulsões e perseguições motivadas por diferenças religiosas

visto que grande parte da força de trabalho e do setor produtivo daquela região era bastante diversificadas do ponto de vista cultural e religioso. O fanatismo filipino conseguiu descontentar tanto a nobreza local quanto a burguesia e os trabalhadores urbanos. Por isso, em 1556, declararam guerra à Espanha com objetivo de conquistar a independência. A guerra foi longa e penosa, pois Felipe jamais abdicaria de seus direitos naquela região.

Do ponto de vista geopolítico, os Países Baixos eram muito mais importantes que o reino de Portugal, pois faziam fronteira com a França, e isso fechava o cerco das possessões dos Habsburgos no território francês. Por outro lado, havia um intenso comércio entre os portos da Amsterdam, Antuérpia e Flandres onde a lã castelhana e o ouro americano eram trocados por manufaturados e cereais. A guerra estava destruindo a economia dos Países Baixos. Por isso, em 1579 as províncias do sul, de maioria católica se retiraram do conflito e fizeram a paz com a Espanha. Mas as 07 províncias do norte permaneceram em guerra, reafirmando sua independência e declarando-se República das Províncias Unidas do Norte (1581), de maioria calvinista, sob a liderança da Casa de Orange, na figura do príncipe Guilherme de Nassau.

As 07 províncias do norte eram: Holanda (ou Neerlandia), Zelândia, Utrecht, Frísia, Overijssel, Guendria e Groningen. Então, isso significa que no século XVI o território da atual Holanda era bem menor, compreendendo apenas uma das Províncias Unidas? É exatamente isso, caro estudante. A luta pela independência se prolongou por mais de 25 anos até que em 1609 foi feita uma trégua que durou 12 anos. Todavia, a guerra foi retomada em 1621, e foi neste contexto que os holandeses se prepararam para invadir o Brasil.

A trégua dos 12 anos foi rompida quando Felipe IV, rei da Espanha e neto de Felipe II, proibiu que o açúcar produzido no Brasil fosse comercializado pelos holandeses. Desde a montagem dos primeiros engenhos de açúcar no Nordeste, os holandeses e zelandeses desempenharam um importante papel neste processo, pois, além de fornecerem o capital necessário, também efetuavam o refino e a distribuição do produto na Europa. Só em Amsterdam havia 25 refinarias de açúcar. Desse modo, as medidas tomadas por Felipe IV afetavam diretamente esse comércio e traziam prejuízos incalculáveis para os comerciantes holandeses.

Para resolver este problema, em 1621, foi criada a West Idische Compaignie (WIC) ou Companhia das Índias Ocidentais, cuja tarefa era normalizar o fornecimento e o comércio de açúcar. Ora, só havia um jeito de normalizar o fornecimento de açúcar para as refinarias holandesas: se apossando da região produtora no Brasil. Assim começam os preparativos para a invasão. Cabe esclarecer que não foi a República das Províncias Unidas que invadiu o Brasil, mas sim a companhia de comércio, a WIC, com o aval das autoridades de seu país. Aliás, todas as incursões estrangeiras ao Brasil foram feitas por iniciativa de particulares, com o apoio de seus respectivos governos. Isso vale, inclusive, para as invasões francesas e os ataques de piratas e corsários aos portos do litoral.

A primeira tentativa de ocupação acontece em 1624 e o alvo escolhido foi a sede do Governo Geral, ou seja, a capital Salvador. Conquistando Salvador os holandeses esperavam conquistar também a região produtora de açúcar, o Recôncavo Baiano. A esquadra com 13 navios de guerra e 13 navios mercantes, trazendo 3.300 homens sob o comando de Jacob Willekens entrou na Baía de Todos os Santos em 09 de maio de 1624. Já estava sendo esperada, pois não era segredo para ninguém os preparativos que se faziam na Holanda e que lá se armavam muitos navios para serem enviados ao Brasil.

Salvador não contava com tropas suficientes para repelir o ataque. Por isso, os holandeses ocuparam-na sem maiores atropelos se apossando, de imediato, de 3.900 caixas de açúcar e grande quantidade de pau brasil. A maioria da população abandonou a cidade e fugiu para as fazendas e matos do interior. O Governador Geral do Brasil, Diogo de Mendonça Furtado foi preso e enviado para a Holanda. As autoridades remanescentes se refugiaram no Recôncavo, onde começam a organizar a resistência.

Não era possível resistir aos invasores através de confrontos diretos com tropas regulares, pois, na colônia, estas tropas eram insuficientes. Por isso, foi necessário apelar para operações de guerrilha que consiste em ataques furtivos (emboscadas) sem aviso prévio, e retiradas também furtivas, causando o maior estrago possível ao inimigo. A resistência foi comandada pelo bispo de Salvador, Dom Marcos Teixeira, e era composta por soldados, fazendeiros, moradores e índios “frecheiros” especialmente recrutados para a tarefa. Frequentemente os portões da cidade de Salvador eram atacados por contingentes de guerrilheiros luso brasileiros, cujo objetivo era fazer prisioneiros, assustar os invasores e minar as defesas da cidade. Numa dessas incursões foi apanhado o general holandês Jan Van Dorth, que, em seguida, foi degolado pelos guerrilheiros.

A tática de guerrilha se arrastou até a chegada da esquadra espanhola com 52 navios e 12.500 homens comandada por Dom Fadrique de Toledo Y Osório, Marques de Vila Nova de Valduesa. Em março de 1625 a esquadra foi vista no litoral de Itapoã e fez tremer as forças da WIC aquarteladas em Salvador. Os holandeses estavam em menor número, muitos já haviam morrido ou postos fora de combate, sem que recebessem qualquer reforço. Por isso, tiveram que armar negros escravos, recém trazidos de Angola, a fim de engrossar a defesa de suas posições. Em 27 de março a baía de Todos os Santos foi bloqueada e a cidade sitiada pela esquadra espanhola. Após um mês de sítio, os holandeses que ocupavam Salvador não podiam mais resistir. Isolados e sem alternativa, se renderam em 30 de abril de 1625 entregando todas as armas, prisioneiros e o butim de guerra. Assim, portugueses e espanhóis, com a ajuda de fazendeiros e índios do Brasil reconquistaram a Bahia. Mas as incursões holandesas estavam só começando. Cinco anos se passaram até que a WIC fizesse uma nova tentativa, após avaliar seus erros e rever suas táticas de guerra.

Em 1630, os holandeses escolheram um novo alvo: a capitania de Pernambuco, tão próspera de tão importante, do ponto de vista da produção açucareira,

quanto a Bahia. Evaldo Cabral de Mello divide o período da ocupação holandesa no nordeste em três fases distintas. São elas: Resistência (1630-1637), Nassau (1637- 1644), Insurreição Pernambucana (1645-1654). Vamos analisar, então o desenrolar de cada uma dessas fases começando com a fase da Resistência. ´

É sempre fácil para os invasores tomar determinadas localidades. Foi assim na Bahia, e não será diferente em Pernambuco. A Holanda detinha um grande poderio naval e era capaz de mobilizar em pouco tempo dezenas de navios e milhares de homens bem treinados e bem pagos os quais as tropas de defesa coloniais não eram capazes de repelir. Por isso, Olinda cai tão rapidamente quanto Salvador começando, então, a penosa e difícil campanha para conquistar as fazendas e o interior do território, ampliando suas posições. Do ponto de vista das forças locais, dos colonos e autoridades luso brasileiras, começa a igualmente penosa e difícil guerra de resistência. Perceba, caro estudante, que dos 24 anos de ocupação holandesa no nordeste, 16 são de guerras ininterruptas (os 7 primeiros e os 9 últimos). Somente durante o governo de Nassau é que houve um pouco de paz. Portanto, tomar é fácil, difícil é manter.

Com a guerra se estendendo para o interior, grande número de proprietários de terras e senhores de engenho abandonaram suas propriedades e fugiram para a Bahia. A WIC se apossou das fazendas abandonadas repassando-as àqueles que quisessem colaborar com a ocupação e produzir açúcar. A Espanha não enviou qualquer reforço ou ajuda para repelir os invasores. Segundo Evaldo Cabral de Mello (1998),

“No quinquênio entre a restauração da Bahia e a ocupação holandesa de Pernambuco, a situação militar e financeira da monarquia espanhola deteriorara-se gravemente, o que explica em grande parte por que ela respondeu célere e energicamente em favor de Salvador, mas não pôde fazê-lo em favor de Olinda”.

Desse modo, os colonos teriam que arcar com sua própria defesa. Em 1631 foram enviados navios carregados de armas e munições para abastecer a resistência, mas nada de armada destinada a restaurar o domínio luso espanhol. A resistência foi comandada por Matias da Albuquerque, irmão do donatário da capitania de Pernambuco Duarte de Albuquerque Coelho, e pelos Terços Napolitanos comandados por Giovanni Vincenzo San Felice, Conde de Bagnuolo. A guerrilha foi retomada como tática, que na época era denominada “guerra brasílica” ou “guerra lenta”. Esta tática era destinada a manter o impasse militar e impedir o avanço territorial dos invasores. Porém, a partir de 1633 o impasse é rompido em favor dos holandeses que passam a ocupar posições estratégicas importantes, e as tropas de resistência vão progressivamente sendo empurradas para o sul até a perda de Alagoas, com a queda de Porto Calvo.

Em 1637 os holandeses já dominavam Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Os Albuquerque foram questionados diante de



sucessivas derrotas. De acordo com Evaldo Cabral de Mello (1998), “Matias de Albuquerque não gozava de reputação militar em Madri, onde era injustamente acusado de não haver jamais terçado o pique nem visto um esquadrão”. Em 1634 Matias foi substituído no comando por D. Luis de Rojas y Borja, e enviado preso para a Espanha, onde permaneceu encarcerado até 1640. Desse modo, o controle de todas as decisões militares e civis passou a ser dos espanhóis não obstante a presença do donatário, cuja autoridade era cada vez mais precária e incerta. Como você deve concluir, prezado estudante, a prisão de Matias de Albuquerque e monopólio do comando exercido pelos espanhóis geraram grande insatisfação entre os colonos e, especialmente, entre oficiais e soldados dos terços portugueses.

Diante do avanço territorial holandês, o setor produtivo (fazendeiros e senhores de engenho) passou a considerar a possibilidade de negociar com os invasores. Por outro lado, a WIC tinha consciência de que era necessário retomar a produção de açúcar, razão de ser do projeto de ocupação. De nada valeria a conquista de Pernambuco se o açúcar não pudesse ser produzido. Mas a situação era difícil e demandaria capitais vultosos para reconstruir o sistema açucareiro. Em uma estimativa otimista, constatou-se que 3/4 dos engenhos não tinham condições de moer. A guerra de resistência levou à depredação das fábricas, ao incêndio e destruição dos canaviais, ao desaparecimento dos “cobres” ou materiais para o cozimento, ao arrombamento dos açudes e à dispersão da escravaria pelos matos. Os engenhos que se achavam em pior situação eram aqueles que tinham sido abandonados pelos proprietários.

Mas nem todos abandonaram suas propriedades. Era chegada a hora de coibir as pilhagens e depredações, reconstruir o que havia sido destruído pela guerra e restabelecer a colônia que passaria a se chamar Nova Holanda. Para executar esta tarefa e “por o Brasil para render”, foi contratado pela WIC o conde Johann Moritz Graf von Nassau-Siegen (João Maurício de Nassau-Siegen), também designado governador-capitão e almirante-general de todo território conquistado. Um mês após desembarcar no Brasil, Nassau comandou o ataque a Porto Calvo (Alagoas) e pôs-se a perseguir as tropas do conde de Bagnuolo em fuga para o sul. Atravessando o rio São Francisco, Bagnuolo acampou em São Cristóvão, capitania de Sergipe d’El Rei, a fim de prosseguir com as operações de guerrilha. Nassau, porém, retornou a Recife e designou o comandante Sigismund von Schkopp para atacar São Cristóvão.

Os holandeses entraram em Sergipe e destruíram tudo que encontravam pelo caminho, apoderando-se de 3.000 cabeças de gado. A estratégia era arrasador pastos, plantações e fazendas, ou seja, tudo que havia na fronteira entre o Brasil holandês e a Bahia, criando uma zona morta e impreciosa para as operações de guerrilha dos inimigos. Não se falava em anexação deste território. Nestas condições o Conde de Bagnuolo fugiu para Salvador a fim de alertar aos luso-espanhóis sobre a possibilidade de um novo ataque holandês à Bahia. Dito e feito. Em abril de 1638 Nassau comanda uma esquadra de 30 navios, 3.600 europeus e 1.000 índios com destino à baía

de Todos os Santos. Desta vez Salvador resiste tenazmente a esse novo ataque, cujo cerco dura dez dias, sem que os holandeses consigam tomar a cidade. Derrotado, Nassau retorna a Pernambuco.

Na opinião de Evaldo Cabral de Mello (2006), caso tivesse persistido no cerco a Salvador, Nassau a teria tomado. Só recuou por pressão da WIC, que considerava esta ação inoportuna, pois faria ricos os soldados e pobre a Companhia. Em outras palavras, Salvador seria saqueada e destruída, e pouco sobraria para a retomada do comércio. A WIC é uma companhia de comércio cujo objetivo era transportar açúcar para os Países Baixos. Para a WIC não interessa a destruição da infraestrutura e do sistema produtivo. Enquanto isso, na Espanha, se organizava uma outra armada para expulsar os holandeses, sob o comando de Dom Fernando Martins de Mascarenhas, Conde da Torre.

Nassau fora trazido ao Brasil para organizar a produção e restaurar o comércio. Muito já havia sido gasto com a ofensiva militar, agora era imperativo reativar o sistema açucareiro. Dos 150 engenhos existentes no Brasil holandês, a quase totalidade estava de “fogo morto”. Só havia uma maneira de retomar a produção: negociar com os colonos lusos, proprietários remanescentes, e leiloar as propriedades abandonadas oferecendo financiamento àqueles que quisessem produzir. Mais da metade dos engenhos abandonados foram revendidos, tendo como compradores europeus e colonos lusos. Entre estes compradores esta João Fernandes Vieira, que anos mais tarde vai comandar a Insurreição Pernambucana. Porém, neste momento, era um dos principais colaboradores dos holandeses. Vieira adquiriu o engenho de seu patrão, com financiamento da WIC.

O porto do Recife tornou-se praça comercial movimentada com a presença de negociantes de diversas partes do mundo, inclusive judeus. Era preciso dotar a cidade de uma infraestrutura moderna, planejada, com palácios e jardins à moda europeia. Diante disso, Nassau trouxe engenheiros, arquitetos, artistas, botânicos, astrônomos e cartógrafos, pois era preciso mapear, catalogar, registrar, estudar o território conquistado.

Os portugueses não faziam gosto em retratar sua colônia. Por isso, não nos legaram trabalhos artísticos de qualidade registrando nossas paisagens e tipos humanos. Mas com os holandeses foi diferente. Nas duas décadas que permaneceram no Nordeste, foram produzidas por artistas de qualidade incontestável como Albert Eckhout e Frans Post as mais belas telas do século XVII. Eckhout pintou naturezas mortas de frutas e vegetais brasileiros, retratos dos habitantes do Brasil destacando os tipos humanos negros e indígenas, e retratos do Governador Nassau. Post pintou vastas e iluminadas paisagens. Também fazia parte da Corte nassoviana o naturalista e astrônomo Georg Markgraf, que além de mapear o céu do hemisfério sul, cartografou todo Brasil holandês e realizou estudos etnográficos e botânicos. De acordo com Cabral de Mello (2006), no século XVII somente a cultura holandesa tinha condições de associar observações científicas e trabalhos artísticos com expansionismo econômico e político. Uma coisa não estava

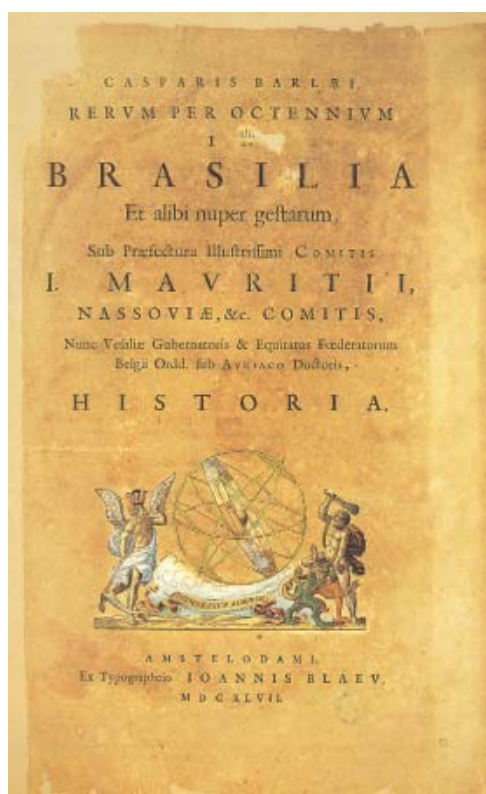
dissociada da outra, ou seja, não bastava conquistar, mas era necessário conhecer, registrar e retratar. Tal associação não é encontrada, por exemplo, nos países ibéricos em relação ao seu império colonial.

E não era só isso. Maurício da Nassau, o Governador, era um aristocrata refinado que falava espanhol, francês e latim. Sonhou transpor para o Brasil o modo de vida de seu país, sem deixar de reconhecer e valorizar as peculiaridades e o exotismo das paisagens brasileiras. Seus móveis eram feitos de jacarandá e pau brasil; seus jardins eram povoados de plantas nativas sem esquecer os animais de estimação como papagaios e araras; seus palácios, tanto no Brasil como na Europa, eram decorados por telas que retratavam a flora, a fauna e os tipos humanos da colônia. Em 1638 Nassau adquiriu a ilha Antonio Vaz (banhada de um lado pelos rios Capibaribe e Beberibe, e do outro lado pelo oceano Atlântico) onde pretendia erguer a Cidade Maurícia (Maurits-stad ou Mauristad). A obra não foi totalmente concretizada, mas chegou até nós o traçado urbano da pretensa cidade, guarnecida por fortificações (Forte Frederico Henrique ao sul e Forte Ernesto ao norte), muralhas e praças públicas ajardinadas. O governador construiu pontes ligando as margens dos rios Capibaribe e Beberibe com a ilha Antonio Vaz. Também drenou mangues e edificou diques e canais. Em todas as suas construções estampava o Brasão de Armas do Príncipe de Orange e da Casa de Nassau. Este foi provavelmente o motivo que fez com que todos os seus edifícios fossem demolidos nos anos que se seguiram à expulsão em 1654.



Cidade Maurícia (Planta Baixa)

Um dos mais importantes legados deixados pelos holandeses foi o livro intitulado “Rerum per Octennium in Brasíliã et Alibi nuper Gestarum sub Praefectura Illustrissimi comitis I. Mauritiï Nassoviae e comitis nunc Versaliae Gubernatoris e Equitatus Foederatorum Belggi Ordd sub Auriaco Ductoris História”. Não se espante. Naquela época eram assim grandes os títulos dos livros. Este título podemos traduzir como: “História dos Feitos Recentes Praticados Durante Oito Anos no Brasil e Noutras Partes sob o Governo do Illustrissimo João Maurício Conde de Nassau ora Governador de Wesel Tenente General de Cavalaria das Províncias Unidas sob o Príncipe de Orange”. O livro foi escrito por Kaspar Van Baerle (Gaspar Barléus) e publicado em 1647. O Objetivo deste trabalho era dar publicidade ao governo do Conde de Nassau e presentear pessoas ilustres da Holanda. Não obstante seu propósito propagandístico, este trabalho tem um inestimável valor histórico pelo registro dos acontecimentos do ponto de vista holandês, e pelas belíssimas ilustrações feitas por Frans Post. Com 340 páginas, chegou até nós um exemplar que está guardado, hoje, no acervo da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. O livro de Barléus é uma das principais fontes históricas da presença holandesa no Brasil.



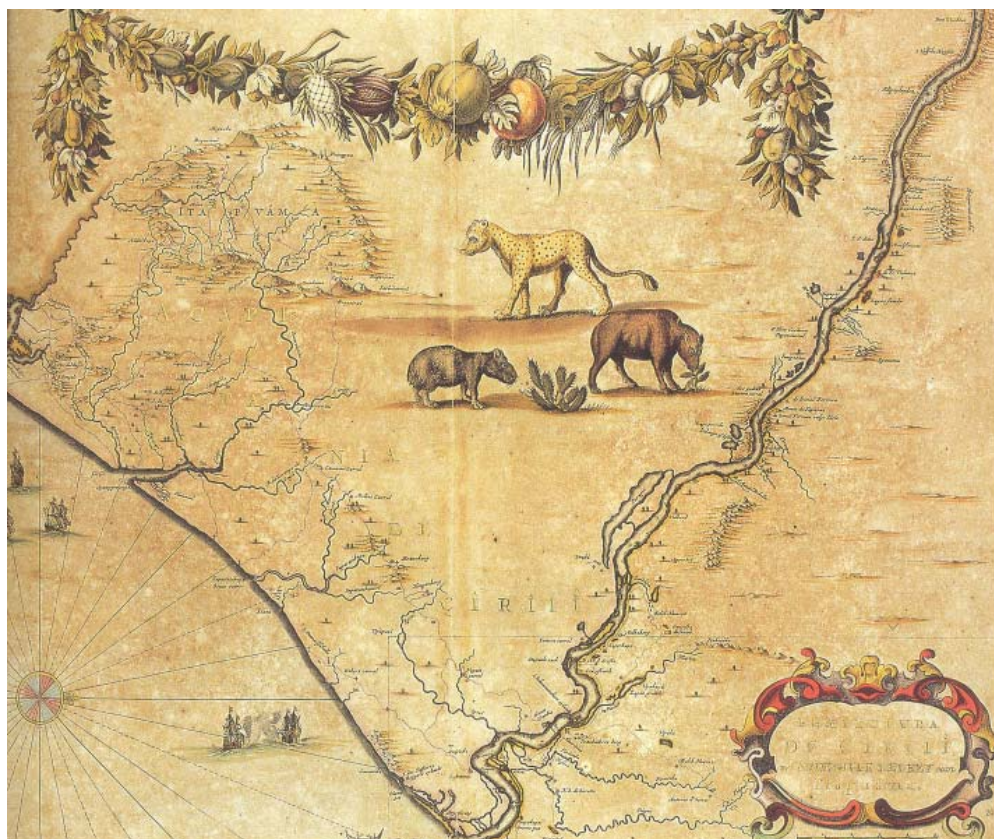
Rosto do Livro de Gaspar Barléu - Século XVII

É bom lembrar que, em 1631, Olinda tinha sido incendiada e abandonada pelos seus habitantes. Por isso, todas as obras de urbanização dos holandeses estavam localizadas nas imediações do porto, em Recife. Mas Nassau tencionava reedificar a antiga sede da capitania concedendo aos lusos autorização para voltar à velha urbe e reformar suas casas.

No tocante à questão religiosa, na República das Províncias Unidas do Norte, prevalecia a liberdade de consciência em que conviviam de maneira pacífica judeus, calvinistas e católicos. Mas na América portuguesa a situação era mais complicada porque a comunidade luso brasileira era esmagadoramente católica, não admitindo ou aceitando conviver com estratos populacionais de diferentes procedências religiosas. Era estranho para a sociedade local a presença de judeus e calvinistas em suas cidades. Nassau tinha que arbitrar rivalidades e reivindicações de todos os grupos. Não obstante a desconfiança pessoal que tinha para com os judeus e o radicalismo de alguns grupos calvinistas, o governador manteve a tolerância religiosa, que possibilitou o funcionamento em Recife da primeira sinagoga de todo Novo Mundo. Neste aspecto, Recife tem a primazia.

Para a recuperação da atividade açucareira era imprescindível uma oferta abundante de mão de obra escrava. Nassau volta-se para a África no sentido de apropriar-se dos entrepostos escravistas pertencentes aos portugueses. A fortaleza de São Jorge da Mina (Mina ou Elmina) vai ser tomada em 1637. Mas sua conquista não foi suficiente para abastecer o Brasil holandês. Por isso Nassau decide tomar Angola. Antes, porém, providencia a anexação de Sergipe e, contrariando os planos da WIC, que havia ordenado um novo ataque à Bahia, Nassau envia sua esquadra para Luanda. Nas palavras de Evaldo Cabral de Mello (2006),

“nenhuma iniciativa poderia ser tão proveitosa quanto a conquista de Angola nem desferir tamanho golpe contra a Espanha de vez que dali exportavam-se anualmente cerca de 15 mil escravos, dos quais 10 mil para as minas e fazendas da América e 5 mil para o Brasil; um tráfico avaliado em 6 milhões de florins, dos quais 1 milhão apenas em impostos (...) Dona de Angola, a WIC arruinaria a produção espanhola de prata, base do poderio militar de Castela na Europa, e, subsidiariamente a portuguesa de açúcar, àquela negando acesso à mão de obra africana e a esta cobrando preços que colocassem o gênero produzido no Recôncavo e no Rio de Janeiro em posição desvantajosa frente ao similar do Brasil holandês”.



Sergipe na Cartografia Holandesa - Século XVII

No raciocínio de Nassau, em tais circunstâncias, a Bahia cairia como uma fruta madura. Está claro que o Governador projetava um sistema de trocas mediante a articulação das praças das Províncias Unidas ao Brasil e à África por meio do comércio de ouro, marfim, pimenta malagueta, açúcar e escravos.

A conquista de Angola ocorre em novembro de 1640. Antes disso, porém, Nassau já havia enfrentado com vitória a armada luso espanhola comandada pelo Conde da Torre, em janeiro de 1640. Foram 87 navios de guerra luso espanhóis contra 41 do lado holandês. A desvantagem de Nassau era gritante tanto em homens como em armas mas, mesmo assim, ele conseguiu repelir os luso espanhóis e manter intacto o Brasil holandês. As batalhas navais tiveram lugar ao longo do litoral de Itamaracá ao Rio Grande do Norte no qual a vitória holandesa consistiu em impedir o inimigo de desembarcar impondo-lhes pesadas perdas e obrigando-o a dispersar-se.

Em seu relato à WIC, Nassau avalia que a derrota inimiga se deu devido a fatores tais como incompetência do Conde da Torre na condução de seus navios, levados a efetuar manobras lentas que só favoreciam o ataque holandês. Além disso, a decisão de adiar por duas vezes o confronto deu tempo para que a WIC enviasse reforços. A derrota da armada do Conde da Torre foi a última tentativa luso espanhola de reconquistar o Nordeste. Depois desse episódio os portugueses finalmente se convenceram que não havia sido um bom negócio a junção das duas Coroas, e que havia chagado a hora de desfazer a União Ibérica.

Começa, então, o movimento pela restauração da independência de Portugal, que consumirá todo ano de 1640 até dezembro quando assume o trono português o Duque de Bragança com o título de D. João IV. É importante abrir um parêntese para explicar as consequências da restauração portuguesa para o Brasil. Qual era a situação do nordeste holandês e qual a reação dos senhores de engenho a essa nova conjuntura? Vamos tentar, agora, responder a estas questões.

Não é exagero afirmar que o movimento de Restauração da independência de Portugal levou o rei, D. João IV, a desistir completamente de resgatar o Nordeste e as praças perdidas na África. Os portugueses lutavam agora pela sua própria independência e, por isso, não tinham condições de manter duas frentes de guerra, uma contra as Províncias Unidas, outra contra a Espanha. Optaram, então, por fazer um acordo de paz com os primeiros, concentrando todos os seus esforços na luta contra as tropas de Felipe IV.

O acordo previa a entrega do Nordeste aos holandeses garantindo o restante do Brasil para os portugueses. Como os colonos, senhores de terras das capitanias conquistadas, reagiram a essa situação? Em 1640 a capitania de Pernambuco estava se recuperando economicamente e o Governador João Maurício de Nassau empreendia todos os esforços para fazê-los entender que o desejo de prosperidade e tranquilidade era partilhado por holandeses e moradores luso brasileiros. Além disso, as fontes de financiamento continuavam abertas através de empréstimos feitos pela Companhia ou por negociantes residentes em Pernambuco.



Retrato de Maurício de Nassau

Por outro lado, o Governador estava sempre pronto para ouvir e negociar com os proprietários de terras, reunindo-os em assembleia, aceitando petições, à moda republicana. Nassau também lhes oferecia banquetes, festas e torneios em seus palácios e jardins, desenvolvendo uma intensa vida social. Neste clima, tudo levava a crer que o projeto do Brasil holandês estava consolidado. Desse modo, os senhores de engenho acomodaram-se a essa situação. Não havia qualquer sentimento de lealdade patriótica, pois não havia diferença entre a condição de colônia de Portugal ou das Províncias Unidas dos Países Baixos. O que valia eram os interesses imediatos de cada um, os quais Nassau esforçava-se por contemplar.

Contudo, o projeto do Brasil holandês começou a desandar em 1642, a partir de uma conjuntura internacional desfavorável, a qual desencadearia os fatores que levaram à Insurreição Pernambucana. O crescimento que havia caracterizado a economia europeia no século XVI sofre uma reversão no século XVII instalando a crise global generalizada conhecida como “crise do século XVII”. Os preços do açúcar no mercado externo caem lentamente, reduzindo a cada ano os lucros da WIC. Premida pelas circunstâncias em que os custos da ocupação ameaçavam ultrapassar os ganhos, a Companhia inicia uma ação de cobrar dos senhores de engenho e lavradores de cana os empréstimos concedidos nos anos anteriores. O endividamento luso brasileiro chegava a 5,7 milhões de florins, cuja recuperação era indispensável para a saúde financeira da companhia. Com isso, a WIC aumenta a pressão contra os devedores. O crédito foi drasticamente reduzido e a escassez de dinheiro pressionou as taxas de juros complicando ainda mais a situação dos endividados.

Nassau não concordava com essa política, e alertou a WIC para os perigos de se conferir à questão um tratamento meramente contábil. Sugeriu um tratamento mais brando, com o exame de cada caso e a combinação do pagamento em suaves parcelas, para não comprometer o setor produtivo. Mas todas as advertências e sugestões do Governador foram ignoradas pela Companhia. Neste momento já estava bastante patente os desentendimentos entre a WIC e o Governador por ela contratado. Não havia mais como escamotear os conflitos e o choque de autoridade entre o Governo civil do Brasil holandês e a empresa de comércio.

A WIC quase sempre discordava da maneira pela qual Nassau conduzia os negócios administrativos da colônia. As únicas razões que o mantinham no cargo eram as suas vitórias militares. Por outro lado, o Governador desobedecia frequentemente as ordens da empresa, preferindo basear suas decisões em seu próprio julgamento. Os administradores da WIC, que se reuniam no “Conselho dos Dezenove”, a mais alta instância decisória da Companhia, residiam na Holanda e não conheciam a realidade concreta experimentada por aqueles que residiam nas colônias.

Nassau frequentemente se queixava da escassez de efetivos militares e solicitava o envio de maiores reforços para a manutenção da conquista.



Sempre desconfiou do acordo de paz luso holandês porque, na sua avaliação, mais cedo ou mais tarde os Bragança procurariam reaver suas possessões. Portanto, era preciso reforçar as defesas e manter cautela em relação às políticas implementadas na colônia. Em contrapartida o Conselho dos Dezenove acusava o Governador de enriquecer às custas da Companhia e favorecer demasiadamente a comunidade luso-brasileira.

O contrato de Nassau com a WIC era de cinco anos, entre 1637 e 1642. Não obstante o apoio que ele tinha do governo das Províncias Unidas e da Casa de Orange, em 1642 o Conselho dos Dezenove anuncia que não renovará o seu contrato dispensando-o de todos os serviços no Brasil. O Conselho alegou que já não havia mais conquistas a serem feitas e que a WIC não podia arcar com as grandes despesas do Governador e o custeio da sua Corte.

Nassau solicitou que a República das Províncias Unidas, através da Assembleia dos Estados Gerais, interferisse a seu favor mantendo-o no cargo. Alertava para a ameaça de insurreição dos colonos caso ele fosse afastado, e estava convencido que D. João IV, nos bastidores, tramava pela restauração do Nordeste. Nassau tinha plena consciência de que muitos colaboradores luso-brasileiros faziam jogo duplo negociando com os dois lados, holandês e português.

Em 1643 Nassau permaneceu no Brasil graças à intervenção da Assembleia dos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos do Norte e do Príncipe de Orange, seu parente. Mas isso não podia durar para sempre. Os Países Baixos do Norte eram uma República, na qual os burgueses tinham grande influência e poder. As decisões da WIC não podiam ser simplesmente revogadas pelo governo, porque a Companhia era uma empresa de capital privado. Portanto, a WIC mantém sua decisão e em abril de 1644 Nassau deixa o Brasil.

A demissão e a partida de Nassau geraram enorme instabilidade política no território conquistado. Muitos europeus residentes e colaboradores davam como certa a queda do Brasil holandês, retirando suas empresas e seus capitais. Tão logo tomou conhecimento da destituição do Governador, D. João IV deu seu aval para o levante dos colonos luso-brasileiros. A Coroa portuguesa alegava neutralidade no conflito, mas, por trás, incentivava a sublevação. Evaldo Cabral de Mello (2006) explica:

“Enquanto Nassau permaneceu à frente do Brasil holandês, a trama insurrecional tivera menor possibilidade de êxito. Como reconhecia a junta que o substituiu, sua presença impedira o progresso da conjuntura, induzindo os conspiradores a esperar pela sua partida, que engrossou as fileiras dos descontentes. O levante luso brasileiro segundo o plano urdido em Lisboa e apoiado da Bahia, será levado a efeito por um reduzido grupo de pró-homens, entre os quais se contavam aqueles mesmos que mais se haviam batido pela permanência de Nassau”.

O levante denominado Insurreição Pernambucana iniciou-se em 1645 e foi liderado por antigos colaboradores do regime de Nassau, tais como José Fernandes Vieira, seu sogro Francisco Berenguer de Andrade; e antigos combatentes do período pré-nassoviano como Henrique Dias, Felipe Camarão e André Vidal de Negreiros. O Governador Geral do Brasil, Antonio Teles, em Salvador, perante os holandeses fingia discordar da revolta, mas, na verdade, abastecia os revoltosos com homens e armas. Entre 1645 e 1648 os insurretos foram paulatinamente retomando o território até que os holandeses ficassem confinados a Recife. A cidade ficou sitiada durante sete anos. As duas batalhas ocorridas nos montes Guararapes, em 1648 e 1649 representam tentativas de rompimento do sítio do Recife. Mas, em ambas, os holandeses foram derrotados. Paralelo a isso, Salvador Correia de Sá e Benevides, governador da capitania do Rio de Janeiro e proprietário de terras, empreende por conta própria o resgate de Angola logrando uma espetacular vitória e garantindo o abastecimento de escravos para o Brasil. Finalmente, em 1654 os holandeses se rendem e entregam Recife aos revoltosos.

A partir daí, inicia-se uma nova batalha, desta vez nos tribunais europeus e portugueses, para a solução dos problemas gerados pela rendição. A “Querela dos Engenhos” é a mais longa e exaustiva batalha judicial que se tem notícia na colônia e envolveu os interesses da classe senhorial luso-brasileira. Os senhores de engenho que fugiram ou “emigraram” para a Bahia no período pré-nassoviano perderam suas terras por abandono, as quais foram apropriadas, leiloadas pela WIC e entregues a seus novos donos. O impasse ocorreu quando os proprietários “emigrados” (ou seus descendentes) recorreram aos tribunais para reaver suas posses.

Ambos os querelantes haviam prestado relevantes serviços à Coroa, pois sustentaram a guerra de expulsão dos holandeses enquanto ela durou. Duas importantes instâncias do governo português se manifestaram com posições contrárias: o Conselho Ultramarino emitiu parecer favorável aos novos proprietários, enquanto o Desembargo do Paço emitiu parecer contrário. Passada uma década decidiu-se que a questão fosse analisada caso a caso, individualmente, levando em consideração as peculiaridades de cada processo. Somente na década de 1670 as demandas da “Querela dos Engenhos” começaram a ser resolvidas.

Por outro lado, os holandeses também se consideravam portadores de direitos, pois possuíam inúmeros bens móveis e imóveis em seu nome, dívidas a serem restituídas e grandes capitais investidos. Estes casos também se arrastaram por décadas. Em 1661 foi assinado o Tratado de Haia no qual a República dos Países Baixos reconhece a restauração portuguesa do Brasil, mediante vultosa indenização. Todavia, isso não resolveu todas as questões que, na verdade nunca chegaram a ser liquidadas. Finalmente, em 1657, André Vidal foi nomeado governador de Pernambuco, que deixou

de pertencer à família Albuquerque Coelho a passou para o domínio da Coroa. Neste mesmo ano Olinda foi restaurada como sede da capitania.

Também devemos destacar que a Insurreição Pernambucana foi uma iniciativa financiada e mantida pela classe senhorial do Nordeste e, como tal, daria muito prestígio e poder a estes homens. Naquele momento, se quisessem, poderiam ter declarado o Nordeste independente de Portugal. Todavia, o nacionalismo era uma noção ausente na vida política colonial cujos habitantes se consideravam, mais do que nunca, portugueses do Brasil.

Os holandeses se retiraram do Nordeste, mas não se retiraram da atividade açucareira. Antes monopólio português, a partir do século XVII as ilhas do Mar do Caribe, na América Central, passam a produzir açúcar em larga escala, com capitais holandeses e ingleses, oferecendo séria concorrência ao açúcar fabricado no Brasil. Por outro lado, a paz e o reconhecimento da independência de Portugal frente à Espanha custaram caro ao pequeno reino lusitano, obrigando-o a abrir mão de parte do seu império colonial em troca do apoio das potências emergentes, como a Inglaterra e os próprios Países Baixos. Nas palavras de Flávio de Campos (1991):

“A Ásia foi sacrificada em função da manutenção da Metrópole e das possessões Atlânticas. Os ingleses conseguiram um importante acordo comercial em 1654 pelo qual se rompia o monopólio das possessões portuguesas com a franquia de seus portos à Inglaterra. Suas manufaturas iriam, a partir de então, abastecer os mercados lusitanos. Além disso, eram cedidas as praças de Tanger (Tunísia) e Bombaim (Índia) como dote do casamento de Dona Catarina de Bragança com o rei inglês Carlos II, em 1662”.

O Tratado de 1661 com as províncias Unidas dos Países Baixos, a exemplo do acordo feito com os ingleses, também garantia aos navios holandeses a franquia, ou seja, o acesso direto aos portos lusitanos em todas as suas possessões. No contexto da diplomacia da Restauração, ingleses e holandeses disputavam o controle sobre o império colonial português.

## CONCLUSÃO

O período do domínio holandês no Nordeste foi um dos episódios mais ricos e interessantes da História do Brasil, por que articulou a colônia à política e rivalidades europeias. As consequências desse jogo eram globais e afetavam a todos. Na disputa de poder político e econômico, o século XVII assinala o declínio da hegemonia espanhola na Europa e a ascensão de novas potências marítimas e militares como Inglaterra e os Países Baixos do Norte, sob a liderança da Holanda. Neste contexto, a fim de resolver suas dificuldades econômicas, Portugal volta-se para sua principal colônia no ultramar: o Brasil.



### RESUMO

Nesta aula, analisamos as principais incursões estrangeiras ao Brasil bem como os fatores que levaram à União Ibérica relacionando-a ao domínio holandês no nordeste da colônia. Destacamos também as fases ou etapas da ocupação holandesa no Nordeste e identificamos as consequências das guerras das duas restaurações, tanto a da Corroa portuguesa, assumida pelo Duque de Bragança, quanto a restauração do domínio lusitano no Nordeste. Na próxima aula, estudaremos a atividade aurífera na capitania das Minas Gerais.



### ATIVIDADES

1. Explique de que maneira o Brasil se insere nas disputas e rivalidades europeias durante o século XVII.
2. Qual o seu sentimento pessoal em relação à ocupação holandesa do Brasil?
3. Nesta aula, mais do que em todas as outras, foram citadas diversas pessoas, personagens principais do nossa trama histórica. Mas tem um personagem que eu não citei: Domingos Fernandes Calabar. Procure saber quem foi ele, e explique qual seu sentimento em relação a ele.
4. Explore o site da Biblioteca Nacional e procure pelo livro de Barléus. Faça um relatório sobre isso.
5. Qual a relação entre a União Ibérica e a ocupação holandesa?
6. Explique as etapas da ocupação holandesa destacando o que distingue uma da outra.
7. Cite as consequências políticas e econômicas da Restauração Bragantina.

### CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES

TELLES, Augusto Carlos da Silva – Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. Rio de Janeiro: MEC 1985.

HEERKENOFF, Paulo – O Brasil e os Holandeses 1630 -1654. Rio de Janeiro: GMT Editores 1999.

BANDEIRA, Julho & LAGO, Pedro Corrêa do – Debret e o Brasil Obra Completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.

REFERÊNCIA

MELLO, Evaldo Cabral de - Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste 1630-1654. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

\_\_\_\_\_.Nassau. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CAMPOS, Flávio de – História Ibérica. Apogeu e Declínio. São Paulo: Contexto, 1991.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz – O Feudo. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da Conquista dos Sertões à Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.